



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

**LEI Nº 8.661, DE 26 DE ABRIL DE 2022.**

**EXTINGUE E CRIA CARGOS DE  
PROVIMENTO EFETIVO E DE  
PROVIMENTO EM COMISSÃO DO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE  
ALAGOAS – TCE/AL, REORGANIZA A  
ESTRUTURA DE SEU QUADRO DE PESSOAL,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS**

Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I  
DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO**

**CAPÍTULO I  
DAS CARREIRAS E CARGOS CRIADOS**

**Art. 1º** O Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas – TCE/AL é composto pelas carreiras de Auxiliar de Contas, Técnico de Contas e Analistas de Contas, previstas na Lei Estadual nº 7.204, de 26 de outubro de 2010, e passa a ser acrescido da Carreira de Agente de Controle Externo do TCE/AL e da Carreira de Agente Técnico e Administrativo do TCE/AL criadas por esta Lei.

**Art. 2º** São criados no Quadro de Pessoal do TCE/AL, 30 (trinta) cargos efetivos de Agente de Controle Externo da Carreira de Agente de Controle Externo do TCE/AL, para atuar exclusivamente na atividade fim.

**Art. 3º** São criados no Quadro de Pessoal do TCE/AL, 1 (um) cargo efetivo de Agente Contabilista e 1 (um) cargo efetivo de Agente de Controle Interno, ambos, da Carreira de Agente Técnico e Administrativo do TCE/AL para atuar exclusivamente na atividade meio.

**Art. 4º** Os cargos efetivos de Agente de Controle Externo, de Agente Contabilista e de Agente de Controle Interno são estruturados em Classes e Níveis, conforme Anexo I e II desta Lei, respectivamente.

**Art. 5º** O cargo de Agente de Controle Externo, de provimento efetivo e grau de instrução de nível de escolaridade superior, se destina ao desempenho das atividades de caráter técnico de Nível Superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais do TCE/AL, exclusivamente.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**

**Parágrafo único.** São atribuições do cargo de Agente de Controle Externo:

I – execução, realização e supervisão da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, atos de pessoal com fins de registro, obras e serviços de engenharia, incluída a análise na área ambiental, e de gestão dos Poderes Judiciário, Legislativo, Executivo Estadual e Municipal; e

II – realização e supervisão de inspeções, elaboração, instrução processual, estudos, pesquisas, relatórios, pareceres e notas técnicas sobre matéria relacionada ao controle externo.

**Art. 6º** São prerrogativas do cargo de Agente de Controle Externo:

I – é assegurado o livre trânsito, quando nas inspeções e fiscalizações, podendo solicitar a qualquer agente público ou quem lhes faça às vezes as informações necessárias ao desempenho de suas atribuições.

**Art. 7º** O cargo de Agente Contabilista, de provimento efetivo e grau de instrução de nível de escolaridade superior, se destina ao desempenho das atividades de caráter técnico de Nível Superior e deverá dominar os conceitos relacionados à contabilidade pública e demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária e contábil, além da legislação vigente.

**Parágrafo único.** São atribuições do cargo de Agente Contabilista:

I – elaborar os serviços de contabilidade do TCE/AL, executando e assessorando trabalhos de ordem técnica no campo contábil, financeiro, orçamentário e tributário.

**Art. 8º** O cargo de Agente de Controle Interno, de provimento efetivo e grau de instrução de nível de escolaridade superior, se destina ao desempenho das atividades de caráter técnico de Nível Superior e deverá dominar os conceitos de controle interno e à atividade de auditoria, e demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira e contábil, além da respectiva legislação vigente.

**Parágrafo único.** São atribuições do cargo de Agente de Controle Interno:

I – comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, no âmbito do TCE/AL, bem como da aplicação das subvenções e dos recursos públicos, fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e emitir relatório de análise de gestão, utilizando-os para elaboração de relatórios e pareceres destinados ao Presidente do TCE/AL.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**

**Art. 9º** São prerrogativas do cargo de Agente de Controle Interno:

I – é assegurado o acesso a documento ou informação ao Agente de Controle Interno no exercício de suas atividades funcionais, sob pena de responsabilização administrativa e outras que lhe conferir a legislação vigente.

**Art. 10.** O ingresso na Carreira de Agente de Controle Externo do TCE/AL e na Carreira de Agente Técnico e Administrativo far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos para o Nível I da Classe A, na forma do Anexo I e II desta Lei, respectivamente.

§ 1º São requisitos de escolaridade para ingresso no cargo de Agente de Controle Externo do TCE/AL diploma de conclusão de curso superior com habilitação nas áreas e quantidades a seguir: 4 (quatro) vagas para Administração, 16 (dezesesseis) vagas para Ciências Contábeis, 1 (um) vaga para Ciências da Computação e Informática, 6 (seis) vagas para Direito, 2 (duas) vagas para Engenharia Civil e 1 (uma) vaga para Engenharia Ambiental.

§ 2º São requisitos de escolaridade para ingresso no cargo de Agente Contabilista do TCE/AL diploma de conclusão de curso superior com habilitação em Ciências Contábeis.

§ 3º São requisitos de escolaridade para ingresso no cargo de Agente de Controle Interno do TCE/AL diploma de conclusão de curso superior com habilitação em qualquer uma das seguintes áreas: Administração, Ciências Contábeis ou Direito.

**Art. 11.** Os servidores efetivos da carreira de Agente de Controle Externo e da carreira de Agente Técnico e Administrativo do TCE/AL estão submetidos às da Lei Estadual nº 7.204, de 2010 e, subsidiariamente, ao Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas.

## **CAPÍTULO II**

### **DA PROMOÇÃO FUNCIONAL EM CLASSES**

**Art. 12.** A promoção em Classes é a passagem do servidor para a Classe imediatamente superior, dentro de uma mesma carreira.

**Parágrafo único.** A escala de subsídios das Classes de A a D, de cada carreira, será determinada pelo acréscimo de 10% (dez por cento) de uma Classe para outra.

**Art. 13.** As carreiras estruturam-se em linha horizontal de acesso por promoção em 4 (quatro) Classes, conforme Anexos I e II desta Lei, observados os critérios exigidos de acordo com a titulação para fins ascensionais.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**

**Parágrafo único.** Visando a aplicação do disposto no *caput* deste artigo, serão exigidos os seguintes requisitos:

I – para o cargo de Agente de Controle Externo:

a) para a Classe A, o Ensino Superior Completo;

b) para a Classe B, o Ensino Superior Completo e, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas de cursos compatíveis com as atribuições específicas do cargo, com fração mínima de 20 (vinte) horas, devidamente comprovados e certificados;

c) para a Classe C, o Ensino Superior Completo e especialização *latu sensu*, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, compatível com as atribuições específicas do cargo; e

d) para a Classe D, o Ensino Superior Completo, além de mestrado e/ou doutorado em compatibilidade com as atribuições específicas do cargo.

II – para o cargo de Agente Técnico e Administrativo:

a) para a Classe A, o Ensino Superior Completo;

b) para a Classe B, o Ensino Superior Completo e, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas de cursos compatíveis com as atribuições específicas do cargo, com fração mínima de 20 (vinte) horas, devidamente comprovados e certificados;

c) para a Classe C, o Ensino Superior Completo e especialização *latu sensu*, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, compatível com as atribuições específicas do cargo; e

d) para a Classe D, o Ensino Superior Completo, além de mestrado e/ou doutorado em compatibilidade com as atribuições específicas do cargo.

### **CAPÍTULO III** **DOS CARGOS EXTINTOS**

**Art. 14.** São extintos do Quadro de Pessoal do TCE/AL, 100 (cem) cargos efetivos da carreira de Auxiliar de Contas, criados pela Lei Estadual nº 7.204, de 26 de outubro de 2010.

**Art. 15.** São extintos do Quadro de Pessoal do TCE/AL, 70 (setenta) cargos efetivos da carreira de Técnico de Contas, criados pela Lei Estadual nº 7.204, de 2010.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**

**Art. 16.** São extintos do Quadro de Pessoal do TCE/AL, 2 (dois) cargos efetivos da carreira de Analista de Controle Interno, criados pela Lei Estadual nº 8.020, de 18 de junho de 2018.

**TÍTULO II**  
**DO QUADRO DE PESSOAL COMISSIONADO**

**CAPÍTULO I**  
**DA CRIAÇÃO DE CARGOS**

**Art. 17.** Fica criada no âmbito do TCE/AL, a Coordenação de Orçamento e Contabilidade.

§ 1º Fica criado, 1 (um) cargo de provimento em comissão de Coordenador-Geral de Orçamento e Contabilidade, que será de livre escolha do Presidente do TCE/AL.

§ 2º O cargo de provimento em comissão de Coordenador-Geral de Orçamento e Contabilidade será ocupado por profissional com formação em Ciências Contábeis.

§ 3º São competências da Coordenação-Geral de Orçamento e Contabilidade:

I – controlar, por meio de sistemas de informática, os custos das ações do TCE/AL para avaliação e acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial e assegurar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e de normas afins;

II – coordenar, validar e assinar a elaboração das demonstrações contábeis exigidas pelas normas de Direito Financeiro e de Responsabilidade Fiscal, bem como os relatórios e as notas explicativas necessárias a torná-las transparentes e compreensíveis aos interessados, providenciando sua publicidade no Diário Eletrônico do TCE/AL, bem como balancetes e balanços anuais; e

III – coordenar, controlar e assegurar o cumprimento das obrigações tributárias, contributivas e previdenciárias, principais e acessórias e representar o TCE/AL junto à Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal e órgãos afins.

**Art. 18.** Fica criado, no âmbito do TCE/AL, 1 (um) cargo de provimento em comissão de Coordenador do Plenário. Parágrafo único. São competências do Coordenador do Plenário:

I – coordenar, desenvolver e assessorar todas as atividades inerentes aos trabalhos do plenário.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**

**Art. 19.** Ficam criados, no âmbito do TCE/AL, 25 (vinte e cinco) cargos de provimento em comissão de Assessor Especial a serem lotados: 15 (quinze) nas unidades de atividade-fim e 10 (dez) nas unidades de atividade-meio, sendo a lotação específica promovida pela Presidência por meio da Diretoria-Geral do TCE/AL.

**Parágrafo único.** São competências do Assessor Especial:

I – prestar assessoramento às unidades relacionadas às atividades fim e meio, elaborar, participar e desenvolver estudos, projetos, análises, planejamentos e outras tarefas que sejam determinadas de acordo com as necessidades das unidades do TCE/AL.

**Art. 20.** Ficam criados, no âmbito do TCE/AL, 25 (vinte e cinco) cargos de provimento em comissão de Assessor Técnico a serem lotados: 15 (quinze) nas unidades de atividade fim e 10 (dez) nas unidades de atividade meio, sendo a lotação específica promovida pela Presidência por meio da Diretoria-Geral do TCE/AL.

**Parágrafo único.** São competências do Assessor Técnico:

I – prestar assessoramento técnico às unidades relacionadas às atividades-fim e meio e outras tarefas que sejam determinadas de acordo com as necessidades do TCE/AL.

**Art. 21.** Ficam criados, no âmbito do TCE/AL, 25 (vinte e cinco) cargos de provimento em comissão de Assistente Técnico a serem lotados: 15 (quinze) nas unidades de atividade-meio e 10 (dez) nas unidades de atividade-fim, sendo a lotação específica promovida pela Presidência por meio da Diretoria-Geral do TCE/AL.

**Parágrafo único.** São competências do Assistente Técnico:

I – prestar suporte técnico-administrativo às unidades relacionadas às atividades fim e meio e outras tarefas que sejam determinadas de acordo com as necessidades do TCE/AL.

**Art. 22.** Todos os cargos de provimento em comissão criados nesta lei, no âmbito do TCE/AL, estão descritos com os respectivos padrões e vencimentos no Anexo III desta Lei.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS CARGOS EXTINTOS**

**Art. 23.** Ficam extintos 46 (quarenta e seis) cargos de provimento em comissão que estão descritos com as respectivas leis de criação, símbolos e remunerações no Anexo IV desta Lei.



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

### **TÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS**

**Art. 24.** As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do TCE/AL.

**Art. 25.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 26.** Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES**, em Maceió, 26 de abril de 2022, 206º da Emancipação Política e 134º da República.

***KLEVER RÊGO LOUREIRO***  
Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas,  
no exercício do cargo de  
Governador do Estado

**Este texto não substitui o publicado no DOE do dia 27.04.2022.**



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

**LEI Nº 8.661, DE 26 DE ABRIL DE 2022.**

**ANEXO I**

**CARREIRA DE AGENTE DE CONTROLE EXTERNO**

**TABELA DE SUBSÍDIOS**

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	CLASSE	NÍVEL	SUBSÍDIO (R\$)
AGENTE DE CONTROLE EXTERNO	ACETC	D	28	11.830,12
			27	11.712,99
			26	11.597,02
			25	11.482,20
			24	11.368,51
			23	11.255,95
			22	11.144,51
		C	21	10.131,37
			20	10.031,06
			19	9.931,74
			18	9.833,41
			17	9.736,05
			16	9.639,65
			15	9.544,21
		B	14	8.676,55
			13	8.590,65
			12	8.505,59
			11	8.421,38
			10	8.338,00
			09	8.255,44
			08	8.173,71
		A	07	7.430,64
			06	7.357,07
			05	7.284,23
			04	7.212,11
			03	7.140,70
			02	7.070,00
			01	7.000,00





ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

## ANEXO II

### CARREIRA DE AGENTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

#### TABELA DE SUBSÍDIOS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	CLASSE	NÍVEL	SUBSÍDIO (R\$)
AGENTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	ATATC	D	28	11.830,12
			27	11.712,99
			26	11.597,02
			25	11.482,20
			24	11.368,51
			23	11.255,95
			22	11.144,51
		C	21	10.131,37
			20	10.031,06
			19	9.931,74
			18	9.833,41
			17	9.736,05
			16	9.639,65
			15	9.544,21
		B	14	8.676,55
			13	8.590,65
			12	8.505,59
			11	8.421,38
			10	8.338,00
			09	8.255,44
			08	8.173,71
		A	07	7.430,64
			06	7.357,07
			05	7.284,23
			04	7.212,11
			03	7.140,70
			02	7.070,00
			01	7.000,00



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**

### **ANEXO III**

#### **CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE	VENCIMENTO (R\$)
Coordenador-Geral de Orçamento e Contabilidade	CGOC	1	8.000,00
Coordenador do Plenário	CP	1	8.000,00
Assessor Especial	AE	25	6.500,00
Assessor Técnico	AT-1	25	5.000,00
Assistente Técnico	AT-2	25	3.500,00



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

ANEXO IV

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO EXTINTOS

LEI	CARGO	NÍVEL	SALÁRIO	REPRESENTAÇÃO	BRUTO
3.532/1975	COORDENADOR DE PLENÁRIO	TCDS-2	290,10	2.030,70	2.320,80
5.110/1989	ASSISTENTE DE INSPEÇÃO	TCDS-2	290,10	2.030,70	2.320,80
3.532/1975	ASSISTENTE TÉCNICO	TCAS-1	290,10	2.030,70	2.320,80
3.532/1975	ASSISTENTE TÉCNICO	TCAS-1	290,10	2.030,70	2.320,80
3.532/1975	ASSISTENTE TÉCNICO	TCAS-1	290,10	2.030,70	2.320,80
3.532/1975	ASSISTENTE TÉCNICO	TCAS-1	290,10	2.030,70	2.320,80
3.532/1975	ASSISTENTE TÉCNICO	TCAS-1	290,10	2.030,70	2.320,80
3.532/1975	ASSISTENTE TÉCNICO	TCAS-1	290,10	2.030,70	2.320,80
3.532/1975	ASSISTENTE TÉCNICO	TCAS-1	290,10	2.030,70	2.320,80
4.277/1981	ASSISTENTE DO AUDITOR-CHEFE	TCAS-1	290,10	2.030,70	2.320,80
4.593/1984	ASSISTENTE DA PRESIDÊNCIA	TCAS-1	290,10	2.030,70	2.320,80
4.593/1984	ASSISTENTE DA PRESIDÊNCIA	TCAS-1	290,10	2.030,70	2.320,80
4.277/1981	ASSESSOR DE GABINETE DO AUDITOR- -CHEFE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
4.277/1981	ASSESSOR DE GABINETE DO AUDITOR- -CHEFE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
4.232/1980	ASSISTENTE JURÍDICO	TCAS-2	254,32	1.780,24	2.034,56
4.232/1980	ASSISTENTE JURÍDICO	TCAS-2	254,32	1.780,24	2.034,56
4.593/1984	ASSESSOR JURÍDICO	TCAS-2	254,32	1.780,24	2.034,56
4.858/1986	CHEFE DE SERVIÇO DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
4.858/1986	CHEFE DE SERVIÇO DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
4.858/1986	CHEFE DE APOIO DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
4.858/1986	ASSESSOR AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	OFICIAL DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	OFICIAL DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	OFICIAL DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	OFICIAL DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	OFICIAL DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	OFICIAL DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	OFICIAL DE GABINETE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
4.858/1986	ASSESSOR DE GABINETE DO AUDITOR- -CHEFE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
4.593/1984	OFICIAL DE GABINETE DO AUDITOR- -CHEFE	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSISTENTE DE DIVULGAÇÃO	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
5.016/1988	AUXILIAR DE GABINETE	TCAL-1	118,08	981,92	1.100,00
3.532/1975	ASSESSOR	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40
3.532/1975	ASSESSOR	TCAS-3	196,80	1.377,60	1.574,40